



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Morre a desembargadora Maria de Lourdes Abreu

Morreu, ontem à noite, no Hospital Sírio-Libanês, em Brasília, a desembargadora Maria de Lourdes Abreu, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). Então procuradora de Justiça, a magistrada foi nomeada em 2014 pela ex-presidente Dilma Rousseff, no quinto constitucional do Ministério Público do DF. Lourdinha, como era conhecida entre os amigos, estava doente há meses. Teve diagnóstico de câncer de pulmão, e a situação se agravou. Segundo informações do TJDFT, ela deve ser cremada amanhã, conforme era a sua vontade. A desembargadora era casada e não tinha filhos.



Ascom/TJDFT

Duas perdas

Essa é a segunda perda para o TJDFT e para o MPDFT em 2026. Em janeiro, morreu o desembargador Maurício Miranda, também oriundo da carreira de procurador de Justiça. Agora, parte a desembargadora Maria de Lourdes.

Outra vaga

A morte da desembargadora Maria de Lourdes Abreu abre mais uma vaga para o quinto constitucional do MPDFT no Judiciário local. Ela faleceu um dia depois de o Pleno do Tribunal de Justiça do DF eleger a lista tríplice que será encaminhada ao presidente Lula com nomes para ocupar a vaga que era ocupada pelo desembargador Maurício Miranda. Foram escolhidos os procuradores Trajano Melo, Selma Sauerbronn e Maria Rosynete Oliveira Lima. Agora, um outro processo de sucessão será deflagrado.

Ed Alves/CB



Legado do amor

O desembargador Roberval Casemiro Belinati, primeiro vice-presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), divulgou uma mensagem em homenagem à colega. “Ela honrou a todos em cada instante de sua vida. Deixou um legado que transcende a função: o legado do amor, do carinho, do acolhimento e da escuta

generosa. Cristã fervorosa, viveu para servir ao próximo e para fazer o bem, com humildade e fé. Sua partida nos causa profunda saudade, mas também nos conforta a certeza de que agora retorna aos braços de Deus, para cumprir nova missão. Louvado seja Deus por sua vida tão plena de significado e por sua missão, tão dignamente cumprida.”

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Vice-governadora lamenta

A vice-governadora Celina Leão (PP) lamentou a morte da magistrada por meio de manifestações nas redes sociais. “Com profundo pesar, recebo a notícia do falecimento da desembargadora Maria de Lourdes Abreu, cuja trajetória foi marcada pela dedicação incansável à Justiça e ao serviço público. Ao longo de sua carreira, construiu um legado de integridade, firmeza e compromisso com a aplicação do direito, tendo exercido com excelência funções de grande relevância no Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e, posteriormente, no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios”, registrou Celina. “Sua atuação foi pautada pelo respeito às instituições, pela defesa da ordem jurídica e pela sensibilidade diante das causas que exigiam equilíbrio e responsabilidade. Mulher de trajetória sólida e admirável, deixa uma contribuição significativa para o fortalecimento da Justiça e para a formação de gerações de profissionais que tiveram em sua conduta um exemplo.”

Ed Alves/CB/D.A Press



Tornozeleira eletrônica para agressores de mulheres

O plenário do Senado aprovou projeto de lei que determina a colocação de tornozeleira eletrônica no agressor sempre que for verificado risco atual ou iminente à vida ou à integridade da mulher. A medida poderá ser determinada pelo juiz ou pelo delegado de polícia, garantindo rapidez na resposta do Estado diante de situações de risco. O projeto altera a Lei Maria da Penha para consolidar a monitoração eletrônica como medida protetiva de urgência, deixando de ser apenas uma possibilidade complementar, como previsto na legislação desde 2025. Outra inovação é a inclusão do monitoramento eletrônico entre as medidas que podem ser adotadas pelo delegado — atualmente, apenas o afastamento do agressor do convívio com a vítima estava previsto em lei. A senadora Leila do Vôlei (PDT-DF) foi a relatora do projeto.

Silvestre Gorgulho/Divulgação



Daniel Girardi, cidadão honorário de Brasília: alto-astral também cura

Daniel da Motta Girardi, 41 anos, é um médico jovem e dedicado. Oncologista, veio de São Paulo para compor a equipe inicial do Sírio-Libanês Brasília. Em homenagem realizada ontem, Daniel Girardi, casado com a médica Thaise, pai de três brasileiros, Rafael, Leonardo e Sarah, recebeu o título de Cidadão Honorário de Brasília, por iniciativa do deputado Roosevelt Villela (PL). Em março de 2018, dr. Daniel começou a participar como voluntário do SUS para reestruturar a Oncologia do Hospital de Base. Buscou emendas parlamentares e, depois de pouco tempo, fez obras prioritárias no HBB. Conseguiu novos aparelhos e, com sua equipe, zerou uma imensa fila de seis meses para a quimioterapia. Com o apoio de Vera Lúcia Bezerra, coordenadora da Rede Feminina de Combate ao

Câncer, conseguiu aparelhos de TV para veiculação de vídeos educativos na sala de quimioterapia. Uma ação humanitária que contou com o apoio do Iges-DF e mudou o astral dos pacientes da área de oncologia do Hospital de Base. Daniel Girardi gosta de dizer que alto-astral espalha mais rápido do que vírus, dá ânimo, aumenta a energia e ajuda a curar.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

»Entrevista | RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF) | DEPUTADO FEDERAL

Ao CB.Poder, parlamentar disse que vai insistir na instalação de uma CPI para investigar o caso Master-BRB

“É lamentável a omissão da Câmara”

» MANUELA SÃ*

A tentativa de instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara dos Deputados para investigar supostas fraudes envolvendo o Banco Master e o Banco de Brasília (BRB) e as eleições deste ano foram temas discutidos, ontem, no programa CB.Poder — parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília. Aos jornalistas

Carlos Alexandre de Souza e Ronayre Nunes, o deputado federal Rodrigo Rollemberg (PSB) afirmou que vai cobrar o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), sobre os motivos de não ter instalado a CPI. O parlamentar também comentou sobre as eleições. Ele reiterou que o candidato do partido será Ricardo Cappelli, e defendeu a permanência de Geraldo Alckmin como vice na chapa de Lula. Confira alguns trechos da entrevista.

O requerimento para a instalação da CPI, até agora, não foi aprovado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta. Os senhores, inclusive, tentaram recorrer ao Supremo Tribunal Federal. No entanto, o ministro

Zanin entendeu que não havia elementos para essa ação seguir adiante. Vocês vão insistir?

É lamentável essa omissão da Câmara dos Deputados. Hoje, só se fala nesse escândalo, com o envolvimento de autoridades da República, no Brasil. Era uma

Ed Alves/CB/DA Press



oportunidade de a Câmara Federal cumprir a sua obrigação de fiscalizar e instalar essa CPI. (...) Portanto, nós pretendemos cobrar uma resposta do presidente Hugo Motta, tanto ao nosso requerimento quanto à questão de ordem que formulamos, já que os argumentos utilizados por ele para não instalar a CPI não encontram amparo nem na Constituição nem no regimento interno.

Esse é um escândalo que vai muito além do quadradinho do Distrito Federal. Daí, sim, há uma necessidade de se investigar. O Parlamento tem essa obrigação, inclusive.

Deveria ter. Felizmente, a Polícia

Federal vem avançando nessas investigações. A cada dia, nós temos novas revelações que demonstram a gravidade do objeto que motivou o nosso pedido de CPI, que foram as relações do Master com o BRB. (...) O governo e as pessoas que provocaram o rombo, como o ex-presidente do BRB, Paulo Henrique, e o governador Ibaneis, que liderou a operação, não têm a menor condição de comandar uma solução para o banco. Em função disso, eu, Ricardo Capelli, Rodrigo Dias, Cristovam Buarque solicitamos o afastamento do governador Ibaneis ao STF. Se você tem um rombo, é preciso identificar quem são os responsáveis e afastá-los para, depois, buscar uma alternativa para salvar

o banco. Todos nós queremos salvar o BRB, mas não dá para a pessoa que não tem a menor autoridade, que criou o rombo, querer liderar um processo de recuperação do BRB, utilizando o patrimônio público do Distrito Federal.

No campo da esquerda, qual é a estratégia para as eleições?

No Distrito Federal, nosso candidato é o Ricardo Cappelli. Acho que ele se destacou muito no 8 de janeiro, quando mostrou muita firmeza e, ao mesmo tempo, capacidade de diálogo. Ele também fez um trabalho brilhante à frente da ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial) e tem se mostrado muito firme no combate ao governador Ibaneis e na defesa do governo do presidente Lula. Eu entendo que ele é o melhor candidato para unificar todo o nosso campo. No plano nacional, acho que é um privilégio para o presidente Lula ter um vice como Geraldo Alckmin. (...) Aqui, nós vamos precisar de muita conversa entre PT, PSB, Rede, PSol, PDT e PSB para a construção dessa unidade, mas eu tenho muita convicção. Há uma percepção muito grande na base dos próprios partidos políticos, inclusive do PT, da força da candidatura do Ricardo Cappelli.



Aponte a câmera do celular para assistir ao programa

Tenho muita convicção de que ele é o melhor candidato para enfrentar e derrotar quem for candidato no campo do Ibaneis.

O senhor é candidato a deputado federal. Como avalia o cenário em relação às eleições proporcionais?

Estou vendo o cenário com muito otimismo. Vai ser uma eleição difícil para todo mundo. Temos um ambiente de muita polarização. No PSB, a gente deve ter uma boa chapa. A gente aguarda o Cristovam Buarque vir para o PSB, temos essa expectativa, ou numa federação com o Cidadania ou vindo se filiando ao PSB. O Professor Israel e o Marcos Wesley são bons candidatos. Estamos conversando com outras possíveis candidaturas femininas. Para o Senado, as candidatas naturais são Erika Kokay (PT) e Leila Barros (PDT).

***Estagiária sob supervisão de Malcia Afonso**



CNP Seguros Holding Brasil S.A.
CNPJ/ME nº 14.045.781/0001-45 - NIRE 53.3.0001362-4



Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 04/03/2026

Realizada em 04/03/2026, às 15h00, na sede social da Companhia, com a presença da totalidade das Acionistas. Mesa: Presidente: Sr. Maximiliano Alejandro Villanueva; e Secretária: Simara Rodrigues Andrade da Costa. **Deliberações:** Após o exame das matérias constantes da Ordem do Dia e dos respectivos documentos, as Acionistas presentes autorizaram a lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do §1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76 e deliberaram por: 1. Aprovar, sem restrições ou ressalvas, a **reeleição do Sr. Assizio Aparecido de Oliveira**, RG nº 6.138.174-3 SSP/SP, CPF/ME nº 670.083.998-04, ao cargo de Presidente do Comitê de Auditoria da Companhia, com mandato até **26/04/2029**, em conformidade com as disposições estatutárias e regulatórias aplicáveis. 1.1. O Comitê de Auditoria fica, portanto, com a seguinte composição: Sr. **Assizio Aparecido de Oliveira**, na qualidade de Presidente do Comitê, com mandato de 04/03/2026 a 26/04/2029; Sr. **João Antonio Chiappa**, com mandato de 20/11/2023 a 26/07/2026; e Sr. **Eduardo Costa Oliveira**, com mandato de 05/12/2025 a 05/12/2030. Nada mais. Brasília/DF, 04/03/2026. **Simara Rodrigues Andrade da Costa**, Secretária. **Protocolo JUCIS/DF** sob o nº DFE2600071742, de 10/03/2026. **Registro JUCIS/DF** sob o nº 2993940, de 13/03/2026. Fabiane Raissa da Fonseca, Secretária-Geral.